



COMISSÃO  
EUROPEIA

Bruxelas, 19.4.2023  
C(2023) 2578 final

ANNEX

**ANEXO**

*da*

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO**

**Aprovação do conteúdo de um projeto de regulamento da Comissão relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral**

**ANEXO**  
**REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO**  
**de XXX**  
**relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o**  
**Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis***  
**concedidos a empresas que prestam serviços de interesse**  
**económico geral**  
**PROJETO**  
(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 108.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais<sup>1</sup>, nomeadamente o artigo 2.º, n.º 1,

Após consulta do Comité Consultivo em matéria de auxílios estatais,

Considerando o seguinte:

- (1) A experiência da Comissão na aplicação das regras em matéria de auxílios estatais às empresas que prestam serviços de interesse económico geral, na aceção do artigo 106.º, n.º 2, do TFUE, demonstrou que o limite máximo abaixo do qual se pode considerar que as vantagens concedidas às referidas empresas não afetam as trocas comerciais entre Estados-Membros ou não distorcem ou ameaçam distorcer a concorrência pode, em alguns casos, diferir do limite máximo *de minimis* geral estabelecido no Regulamento (UE) n.º XXX. De facto, é provável que pelo menos algumas destas vantagens constituam uma compensação dos custos adicionais relacionados com a prestação de serviços de interesse económico geral. Além disso, muitas atividades qualificadas como prestação de serviços de interesse económico geral têm um âmbito territorial limitado.
- (2) Nessa base, a Comissão adotou, em 2012, o Regulamento (UE) n.º 360/2012<sup>2</sup>, que prevê regras *de minimis* específicas para as empresas que prestam serviços de interesse económico geral. Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, do desse regulamento, deve presumir-se que os auxílios concedidos às empresas que prestam serviços de interesse económico geral não afetam o comércio entre Estados-Membros ou não distorcem ou ameaçam distorcer a concorrência, desde que o montante total dos auxílios concedidos à

---

<sup>1</sup> JO L 248 de 24.9.2015, p. 1.

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 360/2012 da Comissão, de 25 de abril de 2012, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral (JO L 114 de 26.4.2012, p. 8).

empresa beneficiária a favor de serviços de interesse económico geral não exceda 500 000 EUR em qualquer período de três exercícios financeiros.

- (3) O referido regulamento foi alterado pelo Regulamento (UE) 2020/1474 da Comissão<sup>3</sup>, a fim de prorrogar o seu período de aplicação até 31 de dezembro de 2023 e permitir que as empresas que passaram a ser empresas em dificuldade em consequência do surto de COVID-19 continuassem a ser elegíveis nos termos do Regulamento (UE) n.º 360/2012 no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 30 de junho de 2021.
- (4) À luz da experiência adquirida com a aplicação do Regulamento (UE) n.º 360/2012, tal como alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2020/1474, é oportuno proceder à sua revisão, nomeadamente para o alinhar com o Regulamento *de minimis* geral (UE) n.º XXX e porque a sua vigência termina em 31 de dezembro de 2023.
- (5) É conveniente aumentar para 650 000 EUR o limite máximo dos auxílios *de minimis* a favor de serviços de interesse económico geral que uma empresa única pode receber por Estado-Membro durante um período de três anos. Esse limite máximo reflete a inflação verificada desde a entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 360/2012 e a provável evolução esperada durante o período de vigência do presente regulamento. Esse limite é também necessário para garantir que as medidas abrangidas pelo presente regulamento não têm qualquer efeito sobre as trocas comerciais entre Estados-Membros e não distorcem nem ameaçam distorcer a concorrência.
- (6) Os anos a considerar para determinar se esse limite máximo é alcançado devem ser os exercícios financeiros utilizados para efeitos fiscais pela empresa no Estado-Membro em causa. O período relevante de três anos consecutivos deve ser apreciado numa base móvel, de modo a que, para cada nova concessão de um auxílio *de minimis* tenha de ser determinado o montante total dos auxílios *de minimis* concedidos durante o exercício financeiro em causa, bem como durante os dois exercícios financeiros anteriores. Para o efeito, devem ser tidos em conta os auxílios concedidos por um Estado-Membro, mesmo quando financiados, no todo ou em parte, por recursos provenientes da União sob o controlo desse Estado-Membro. Os auxílios que excedem o limite máximo *de minimis* não podem ser repartidos por frações de menor valor a fim de que tais frações passem a ser abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente regulamento.
- (7) Para efeitos da aplicação das regras de concorrência estabelecidas no TFUE, entende-se por empresa qualquer entidade, quer seja uma pessoa singular quer coletiva, que exerça uma atividade económica, independentemente do seu estatuto jurídico e do seu modo de financiamento<sup>4</sup>. O Tribunal de Justiça da União Europeia esclareceu que se deve considerar que uma entidade que detenha «participações de controlo numa sociedade» e que exerça «efetivamente esse controlo através de uma participação direta ou indireta na sua gestão» participa na atividade económica exercida por essa empresa. Por conseguinte, essa entidade deve ser qualificada de empresa na aceção do artigo 107.º,

---

<sup>3</sup> Regulamento (UE) 2020/1474 da Comissão, de 13 de outubro de 2020, que altera o Regulamento (UE) n.º 360/2012 no que diz respeito à prorrogação do seu período de aplicação e a uma derrogação limitada no tempo para as empresas em dificuldade, a fim de ter em conta o impacto da pandemia de COVID-19 (JO L 337 de 14.10.2020, p. 1).

<sup>4</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de janeiro de 2006 no processo C-222/04, Ministero dell'Economia e delle Finanze/Cassa di Risparmio di Firenze e outros, ECLI:EU:C:2006:8, n.º 107.

n.º 1, TFUE<sup>5</sup>. O Tribunal de Justiça da União Europeia estabeleceu que todas as entidades controladas pela mesma entidade (de direito ou de facto) devem ser consideradas uma empresa única<sup>6</sup>. Por motivos de segurança jurídica e a fim de reduzir os encargos administrativos, o presente regulamento deve estabelecer uma lista clara e exaustiva de critérios para determinar as situações em que duas ou mais empresas no mesmo Estado-Membro devem ser consideradas como uma empresa única. A Comissão selecionou, de entre os critérios bem estabelecidos que permitem determinar o que se entende por «empresas associadas» na definição de pequenas e médias empresas (PME) que consta da Recomendação 2003/361/CE da Comissão<sup>7</sup> e do anexo I do Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão<sup>8</sup>, os critérios adequados para efeitos da aplicação do presente regulamento. Tendo em conta o âmbito de aplicação do presente regulamento, esses critérios devem ser aplicáveis tanto às PME como às grandes empresas e devem assegurar que um grupo de empresas associadas seja considerado como uma empresa única para efeitos da aplicação da regra *de minimis*. No entanto, as empresas que não têm qualquer relação entre si, exceto o facto de cada uma delas ter uma ligação direta com o mesmo organismo ou organismos públicos, não podem ser consideradas empresas associadas. Por conseguinte, deve ser tida em conta a situação específica das empresas controladas pelo mesmo organismo ou organismos públicos, que podem ter um poder de decisão autónomo.

- (8) O presente regulamento é aplicável apenas aos auxílios concedidos para a prestação de um serviço de interesse económico geral. Por conseguinte, o serviço de interesse económico geral relativamente ao qual o auxílio é concedido deve ser atribuído por escrito à empresa beneficiária. Embora o ato de atribuição deva informar a empresa do serviço de interesse económico geral em relação ao qual o auxílio é concedido, não tem necessariamente de conter todas as informações pormenorizadas previstas na Decisão 2012/21/UE da Comissão<sup>9</sup>.
- (9) Tendo em conta as regras especiais aplicáveis aos setores da produção primária de produtos agrícolas, da pesca e da aquicultura, o facto de serem raramente atribuídos serviços de interesse económico geral às empresas destes setores e o risco de que montantes de auxílio inferiores ao limite máximo previsto no presente regulamento possam, nestes setores, preencher os critérios estabelecidos no artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, o presente regulamento não pode ser aplicável a estes setores.
- (10) Tendo em conta as semelhanças entre a transformação e comercialização de produtos agrícolas, por um lado, e de produtos não agrícolas, por outro lado, o presente regulamento é aplicável à transformação e comercialização de produtos agrícolas, desde que se encontrem reunidas determinadas condições. Neste contexto, as atividades

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, n.ºs 112 e 113.

<sup>6</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de junho de 2002 no processo C-382/99, Países Baixos/Comissão, ECLI:EU:C:2002:363.

<sup>7</sup> Recomendação 2003/361/CE da Comissão, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (JO L 124 de 20.5.2003, p. 36).

<sup>8</sup> Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 17 de junho de 2014, que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado (JO L 187 de 26.6.2014, p. 1).

<sup>9</sup> Decisão da Comissão 2012/21/UE, de 20 de dezembro de 2011, relativa à aplicação do artigo 106.º, n.º 2, do TFUE aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral (JO L 7 de 11.1.2012, p. 3).

realizadas em explorações agrícolas necessárias para a preparação dos produtos para a primeira venda, como a colheita, ceifa e debulha de cereais ou o acondicionamento de ovos, ou a primeira venda a revendedores ou transformadores, não são consideradas como transformação ou comercialização.

- (11) O Tribunal de Justiça considerou<sup>10</sup> que, a partir do momento em que a União tenha legislado no sentido de instituir uma organização comum de mercado num determinado setor da agricultura, os Estados-Membros devem abster-se de adotar qualquer medida suscetível de a derrogar ou afetar. Por essa razão, o presente regulamento não é aplicável aos auxílios cujo montante é fixado com base no preço ou na quantidade dos produtos adquiridos ou colocados no mercado. Também não é aplicável às medidas de apoio subordinadas à condição de que o seu montante seja partilhado com os produtores primários.
- (12) O presente regulamento não é aplicável aos auxílios à exportação nem aos auxílios subordinados à utilização de bens ou serviços nacionais em detrimento de bens ou serviços importados. Os auxílios destinados a cobrir os custos da participação em feiras comerciais ou os custos de estudos ou serviços de consultoria necessários ao lançamento de um produto novo ou já existente num novo mercado noutro Estado-Membro ou país terceiro não constituem, em princípio, auxílios à exportação.
- (13) Sempre que uma empresa desenvolver atividades tanto em setores excluídos do âmbito de aplicação do presente regulamento como noutros setores, ou sempre que exercer outras atividades, o presente regulamento é aplicável a esses outros setores ou atividades, desde que os Estados-Membros em causa assegurem, através de meios adequados, como a separação das atividades ou a separação de contas, que as atividades nos setores excluídos não beneficiam dos auxílios *de minimis*. Se não for possível assegurar que as atividades exercidas nos setores em que são aplicáveis limites máximos *de minimis* inferiores beneficiam apenas de auxílios *de minimis* que não excedem estes últimos, deve ser aplicado o limite máximo inferior a todas as atividades da empresa. Em conformidade com os princípios que regem os auxílios abrangidos pelo âmbito de aplicação do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, um auxílio *de minimis* deve considerar-se concedido no momento em que é conferido à empresa o direito de receber o auxílio ao abrigo do regime nacional aplicável.
- (14) A fim de evitar que sejam contornadas as intensidades máximas de auxílio estabelecidas em diversos instrumentos da União, os auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral não podem ser cumulados com auxílios estatais relativos aos mesmos custos elegíveis, se dessa cumulação resultar uma intensidade de auxílio superior à estabelecida, tendo em conta as circunstâncias específicas de cada caso, num regulamento de isenção por categoria ou numa decisão adotada pela Comissão.
- (15) O presente regulamento não pode afetar a aplicação do Regulamento (UE) n.º XXX a empresas que prestam serviços de interesse económico geral. Os Estados-Membros devem poder continuar a dispor da faculdade de se basearem no presente regulamento

---

<sup>10</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de dezembro de 2002 no processo C-456/00, França/Comissão, ECLI:EU:C:2002:753, n.º 31.

ou no Regulamento (UE) n.º XXX no que se refere aos auxílios concedidos pela prestação de serviços de interesse económico geral.

- (16) O Tribunal de Justiça, no seu acórdão *Altmark*<sup>11</sup>, identificou várias condições que devem estar preenchidas para que uma compensação pela prestação de um serviço de interesse económico geral não constitua um auxílio estatal. Estas condições garantem que uma compensação limitada aos custos líquidos incorridos por empresas eficientes para a prestação de um serviço de interesse económico geral não constitui um auxílio estatal, na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE. Caso essas condições não sejam respeitadas, a compensação constitui um auxílio estatal que pode ser declarado compatível com base nas regras da União aplicáveis. A fim de evitar que o presente regulamento seja aplicado para contornar as condições identificadas no acórdão *Altmark*, e para evitar que os auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo do presente regulamento afetem o comércio devido à sua cumulação com outras compensações relativamente ao mesmo serviço de interesse económico geral, os auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo do presente regulamento não podem ser cumulados com qualquer outra compensação relativa ao mesmo serviço, independentemente de esta constituir ou não um auxílio estatal ao abrigo do acórdão *Altmark*, ou com um auxílio estatal compatível nos termos da Decisão 2012/21/UE ou da Comunicação da Comissão 2012/C 8/03<sup>12</sup>. Por conseguinte, o presente regulamento não é aplicável a compensações recebidas pela prestação de um serviço de interesse económico geral relativamente ao qual sejam também concedidos outros tipos de compensação, salvo se essas outras compensações constituírem auxílios *de minimis* nos termos de outros regulamentos *de minimis* e se forem respeitadas as regras em matéria de cumulação estabelecidas no presente regulamento.
- (17) Para efeitos de transparência, igualdade de tratamento e correta aplicação do limite máximo *de minimis*, todos os Estados-Membros devem aplicar o mesmo método de cálculo. A fim de facilitar o cálculo, o montante dos auxílios concedidos sob uma forma que não a subvenção pecuniária devem ser convertidos no seu equivalente-subvenção bruto. O cálculo do equivalente-subvenção das formas de auxílio transparentes que não sejam subvenções nem auxílios a pagar em diversas prestações implica a utilização das taxas de mercado em vigor no momento da concessão do auxílio. Tendo em vista uma aplicação uniforme, transparente e simples das regras em matéria de auxílios estatais, deve considerar-se que as taxas de mercado aplicáveis para efeitos do presente regulamento são as taxas de referência tal como atualmente definidas na Comunicação da Comissão 2008/C 14/02<sup>13</sup>.
- (18) Para efeitos de transparência, igualdade de tratamento e controlo efetivo, o presente regulamento apenas é aplicável aos auxílios *de minimis* transparentes. Entende-se por auxílios transparentes os auxílios relativamente aos quais é possível calcular com

---

<sup>11</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de julho de 2003 no processo C-280/00, *Altmark Trans GmbH and Regierungspräsidium Magdeburg/Nahverkehrsgesellschaft Altmark GmbH*, and *Oberbundesanwalt beim Bundesverwaltungsgericht*, ECLI:EU:C:2003:415, n.ºs 88 a 93.

<sup>12</sup> Comunicação da Comissão — Enquadramento da União Europeia aplicável aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público (2011) (JO C 8 de 11.1.2012, p. 15).

<sup>13</sup> Comunicação da Comissão sobre a revisão do método de fixação das taxas de referência e de atualização (JO C 14 de 19.1.2008, p. 6).

precisão o equivalente-subvenção bruto, sem necessidade de proceder a uma avaliação de risco. Este cálculo preciso pode, por exemplo, realizar-se para subvenções, bonificações de juros, isenções fiscais sujeitas a limites máximos ou outros instrumentos que prevejam um limite que garanta que o limite máximo aplicável não é excedido. O facto de prever um limite máximo significa que, enquanto o montante preciso do auxílio não for conhecido, o Estado-Membro deve presumir que esse montante é igual ao limite máximo, a fim de assegurar que várias medidas de auxílio cumuladas não excedem o limite máximo estabelecido no presente regulamento e de aplicar as regras em matéria de cumulação.

- (19) Os auxílios incluídos em injeções de capital não são considerados auxílios *de minimis* transparentes, salvo se o montante total da injeção de capital público não ultrapassar o limite máximo *de minimis*. Os auxílios incluídos em medidas de financiamento de risco que assumem a forma de investimentos de capital ou quase capital, tal como referido nas orientações relativas ao financiamento de risco<sup>14</sup>, não são considerados auxílios *de minimis* transparentes, salvo se a medida em causa disponibilizar um montante de capital que não ultrapasse o limite máximo *de minimis*.
- (20) Os auxílios incluídos em empréstimos, nomeadamente os auxílios *de minimis* ao financiamento de risco sob a forma de empréstimos, devem ser considerados auxílios *de minimis* transparentes se o equivalente-subvenção bruto tiver sido calculado com base nas taxas de juro de mercado em vigor no momento da concessão do auxílio. De modo a simplificar o tratamento de pequenos empréstimos de curta duração, é necessário estabelecer uma regra clara e fácil de aplicar que tenha em consideração tanto o montante do empréstimo como a sua duração. Deve considerar-se que os empréstimos cobertos por garantias que cubram pelo menos 50 % do empréstimo e não excedam 3 250 000 EUR por um prazo de cinco anos ou não excedam 1 625 000 EUR por um prazo de dez anos têm um equivalente-subvenção bruto que não excede o limite máximo *de minimis* previsto no presente regulamento. Esta conclusão baseia-se na experiência da Comissão e tem em conta a inflação verificada desde a entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 360/2012 da Comissão, bem como a provável evolução durante o período de vigência do presente regulamento. Dadas as dificuldades em determinar o equivalente-subvenção bruto dos auxílios concedidos a empresas que podem não conseguir reembolsar o empréstimo, esta regra não é aplicável a essas empresas.
- (21) Os auxílios incluídos em garantias, nomeadamente os auxílios *de minimis* ao financiamento de risco sob a forma de garantias, devem ser considerados transparentes se o equivalente-subvenção bruto tiver sido calculado com base nos prémios de limiar de segurança estabelecidos na comunicação da Comissão para o tipo de empresa em causa<sup>15</sup>. De modo a simplificar o tratamento de garantias de curta duração que garantam até 80 % de empréstimos cujo montante seja relativamente reduzido, é necessário estabelecer uma regra clara e fácil de aplicar que tenha em consideração tanto o montante do empréstimo subjacente como a duração da garantia. Esta regra não é aplicável às garantias que acompanhem transações subjacentes que não constituam um

<sup>14</sup> Comunicação da Comissão — Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco (JO C 508 de 16.12.2021, p. 1).

<sup>15</sup> Por exemplo, Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias (JO C 155 de 20.6.2008, p. 10).



empréstimo, como as garantias sobre operações de capital. Por outro lado, para calcular o equivalente-subvenção bruto das garantias, os Estados-Membros devem poder utilizar uma metodologia que tenha sido notificada à Comissão nos termos de outro regulamento da Comissão no domínio dos auxílios estatais aplicável nessa data, e que tenha sido aceite pela Comissão como estando em conformidade com a Comunicação relativa às garantias<sup>16</sup> ou com qualquer comunicação posterior, desde que a metodologia aceite abranja expressamente o tipo de garantias e o tipo de transações subjacentes em causa no âmbito da aplicação do presente regulamento. Dadas as dificuldades em determinar o equivalente-subvenção bruto dos auxílios concedidos a empresas que podem não conseguir reembolsar o empréstimo, esta regra não é aplicável a essas empresas.

- (22) Sempre que um regime de auxílios *de minimis* for implementado através de intermediários financeiros, deve assegurar-se que os intermediários financeiros não recebem qualquer auxílio estatal. Para o efeito, pode, por exemplo, exigir-se que os intermediários financeiros que beneficiam de uma garantia estatal paguem um prémio conforme com o mercado ou repercutam nos beneficiários finais a totalidade de qualquer vantagem recebida, ou que respeitem o limite máximo *de minimis* e as outras condições do presente regulamento ao nível dos intermediários.
- (23) Na sequência de notificação por um Estado-Membro, a Comissão deve analisar se uma medida de auxílio que não consista numa subvenção, empréstimo, garantia, injeção de capital, medida de financiamento de risco sob a forma de um investimento de capital ou quase capital, isenções fiscais sujeitas a limites máximos ou outros instrumentos que prevejam um limite, conduz a um equivalente-subvenção bruto que não excede o limite máximo *de minimis* e pode, por conseguinte, ser abrangida pelo âmbito de aplicação do presente regulamento.
- (24) A Comissão deve poder verificar a observância das regras em matéria de auxílios estatais e, em especial, se os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis* respeitam as condições a ela subjacentes. Em conformidade com o princípio da cooperação leal consagrado no artigo 4.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia, os Estados-Membros devem facilitar esta cooperação, criando as ferramentas necessárias para assegurar que o montante total dos auxílios *de minimis* concedidos a uma mesma empresa pela prestação de serviços de interesse económico geral não ultrapassa o limite máximo global autorizado. Os Estados-Membros devem ter a obrigação de controlar os auxílios concedidos, a fim de assegurar que os limites máximos pertinentes não são excedidos e que as regras em matéria de cumulação são cumpridas. Para dar cumprimento a essa obrigação, os Estados-Membros devem fornecer informações completas sobre os auxílios *de minimis* concedidos num registo mantido a nível da União ou a nível nacional e verificar que qualquer nova concessão de auxílios não excede o limite máximo aplicável.
- (25) Tendo em conta o interesse legítimo no que se refere à transparência da prestação de informações ao público sobre a utilização de fundos estatais, e após ponderar as necessidades de transparência face aos direitos ao abrigo das regras em matéria de proteção de dados, a Comissão conclui que a publicação do nome do beneficiário do

---

<sup>16</sup> *Ibid.*



auxílio se justifica quando o beneficiário do auxílio for uma pessoa singular ou uma pessoa coletiva cuja denominação legal contenha nomes de pessoas singulares. As regras em matéria de transparência visam um melhor respeito das regras, uma maior responsabilização, a avaliação inter pares e, em última análise, uma maior eficácia das despesas públicas.

- (26) O presente regulamento é aplicável sem prejuízo das exigências do direito da União em matéria de contratos públicos ou das exigências adicionais previstas no TFUE ou na legislação setorial da União.
- (27) Tendo em conta a frequência com que é geralmente necessário que a Comissão reveja os auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral, o período de aplicação do presente regulamento deve ser limitado.
- (28) Após o termo da vigência do presente regulamento, os Estados-Membros devem dispor de um período de adaptação de seis meses, no que diz respeito aos auxílios abrangidos pelo presente regulamento.

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

#### *Artigo 1.º*

##### *Âmbito de aplicação*

- 1. O presente regulamento é aplicável aos auxílios concedidos a empresas que prestam um serviço de interesse económico geral na aceção do artigo 106.º, n.º 2, do TFUE.
- 2. O presente regulamento não é aplicável:
  - a) Aos auxílios concedidos a empresas que desenvolvem atividades nos setores da pesca e da aquicultura abrangidas pelo âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>17</sup>;
  - b) Aos auxílios concedidos a empresas que desenvolvem atividades no setor da produção primária de produtos agrícolas;
  - c) Aos auxílios concedidos a empresas que desenvolvem atividades no setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas, nos seguintes casos:
    - i) sempre que o montante do auxílio for fixado com base no preço ou na quantidade dos produtos adquiridos junto de produtores primários ou colocados no mercado pelas empresas em causa,
    - ii) sempre que o auxílio esteja subordinado à condição de ser total ou parcialmente repercutido nos produtores primários;
  - d) Aos auxílios concedidos a atividades relacionadas com a exportação para países terceiros ou Estados-Membros, nomeadamente os auxílios concedidos diretamente em função das quantidades exportadas, da criação e funcionamento

---

<sup>17</sup> Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece a organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, altera os Regulamentos (CE) n.º 1184/2006 e (CE) n.º 1224/2009 do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho, JO L 354 de 28.12.2013, p. 1.

de uma rede de distribuição ou de outras despesas correntes atinentes às atividades de exportação;

- e) Aos auxílios subordinados à utilização de bens e serviços nacionais em detrimento de bens e serviços importados.
3. Sempre que uma empresa desenvolver atividades tanto nos setores referidos no n.º 2, alíneas a), b) ou c), como num ou mais dos setores abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente regulamento ou exercer outras atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente regulamento, o presente regulamento é aplicável apenas a esses setores ou atividades e aos auxílios concedidos em relação a esses setores ou atividades, desde que o Estado-Membro em causa assegure, através de meios adequados como a separação das atividades ou a separação de contas, que as atividades nos setores excluídos do âmbito de aplicação do presente regulamento não beneficiam dos auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o presente regulamento.

## *Artigo 2.º*

### ***Definições***

1. Para efeitos do presente regulamento, são aplicáveis as seguintes definições:
  - a) «Produtos agrícolas», os produtos enumerados no anexo I do TFUE, com exceção dos produtos da pesca e da aquicultura enunciados no Regulamento (UE) n.º 1379/2013;
  - b) «Transformação de produtos agrícolas», qualquer operação realizada sobre um produto agrícola de que resulte um produto que é igualmente um produto agrícola, com exceção das atividades realizadas em explorações agrícolas necessárias à preparação de um produto animal ou vegetal para a primeira venda;
  - c) «Comercialização de produtos agrícolas», a detenção ou a exposição de um produto agrícola com vista à venda, colocação à venda, entrega ou qualquer outra forma de colocação no mercado, exceto a primeira venda por um produtor primário a revendedores ou transformadores e qualquer atividade de preparação de um produto para essa primeira venda. A venda por um produtor primário a consumidores finais é considerada comercialização de produtos agrícolas se for efetuada em instalações separadas, reservadas para esse efeito.
2. Para efeitos do presente regulamento, «empresa única» inclui todas as empresas que têm, entre si, pelo menos uma das seguintes relações:
  - a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
  - b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;
  - c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato com esta celebrado ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;

- d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última.

As empresas que tenham uma das relações referidas no n.º 2, alíneas a) a d), por intermédio de uma ou várias outras empresas são igualmente consideradas uma empresa única.

### *Artigo 3.º*

#### **Auxílios de minimis**

1. Considera-se que os auxílios concedidos a empresas para a prestação de serviços de interesse económico geral não preenchem todos os critérios enunciados no artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, e estão, por conseguinte, isentos da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do TFUE, se reunirem as condições previstas no presente regulamento.
2. O montante total dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro a uma empresa única que preste serviços de interesse económico geral não pode exceder 650 000 EUR durante um período de três exercícios financeiros. O período de três exercícios financeiros é determinado por referência aos exercícios financeiros utilizados pela empresa no Estado-Membro em causa.
3. Considera-se que o auxílio *de minimis* foi concedido no momento em que o direito legal de receber o auxílio foi conferido à empresa ao abrigo do regime jurídico nacional aplicável, independentemente da data de pagamento do auxílio *de minimis* à empresa.
4. O limite máximo de 650 000 EUR fixado no n.º 2 é aplicável qualquer que seja a forma e o objetivo dos auxílios *de minimis* e independentemente de os auxílios concedidos pelo Estado-Membro serem financiados, no todo ou em parte, por recursos provenientes da União sob o controlo desse Estado-Membro.
5. Para efeitos do limite máximo fixado no n.º 2, os auxílios são expressos em termos de subvenção pecuniária. Todos os valores utilizados devem ser montantes brutos, isto é, antes da dedução de impostos ou outros encargos. Sempre que um auxílio seja concedido sob uma forma que não uma subvenção, o montante do auxílio é o seu equivalente-subvenção bruto.
6. O valor dos auxílios a pagar em várias prestações é o seu valor atualizado reportado ao momento da concessão. A taxa de juro a utilizar para efeitos de atualização é a taxa de atualização aplicável no momento da concessão do auxílio.
7. Sempre que a concessão de novos auxílios *de minimis* a favor de serviços de interesse económico geral levar a que os limites máximos aplicáveis fixados no n.º 2 sejam excedidos, nenhum desses novos auxílios pode beneficiar do presente regulamento.
8. No caso de fusões ou aquisições, são tidos em conta todos os auxílios *de minimis* anteriormente concedidos a qualquer uma das empresas objeto da operação para determinar se a concessão de um novo auxílio *de minimis* à nova empresa ou à empresa adquirente excede o limite máximo aplicável. Os auxílios *de minimis* concedidos legalmente antes da fusão ou aquisição continuam a ser legais.
9. Se uma empresa se cindir em duas ou mais empresas, os auxílios *de minimis* concedidos

antes dessa cisão são imputados à empresa que deles beneficiou, que, em princípio, é a empresa que assume as atividades para as quais os auxílios *de minimis* foram utilizados. Se tal imputação não for possível, o auxílio *de minimis* é imputado proporcionalmente com base no valor contabilístico do capital próprio das novas empresas na data efetiva da cisão.

#### Artigo 4.º

##### ***Cálculo do equivalente-subvenção bruto***

1. O presente regulamento só é aplicável aos auxílios relativamente aos quais seja possível calcular previamente e com precisão o equivalente-subvenção bruto, sem qualquer necessidade de proceder a uma avaliação de risco («auxílios transparentes»).
2. Os auxílios incluídos em subvenções ou bonificações de juros são considerados auxílios *de minimis* transparentes.
3. Os auxílios incluídos em empréstimos são considerados auxílios *de minimis* transparentes se:
  - a) O beneficiário não estiver sujeito a um processo coletivo de insolvência nem preencher, nos termos do direito nacional aplicável, as condições para ficar sujeito a um processo coletivo de insolvência, a pedido dos seus credores. No caso de grandes empresas, o beneficiário deve estar numa situação comparável a uma notação de risco de, pelo menos, B-; e
  - b) O empréstimo estiver coberto por garantias que cubram pelo menos 50 % do seu montante e se o montante do empréstimo for de 3 250 000 EUR por um prazo de cinco anos, ou de 1 625 000 EUR por um prazo de dez anos. Se o montante do empréstimo for inferior a esses montantes ou se o empréstimo for concedido por um período inferior a cinco ou dez anos, respetivamente, o equivalente-subvenção bruto desse empréstimo é calculado em termos de proporção correspondente do limite máximo aplicável fixado no artigo 3.º, n.º 2; ou
  - c) O equivalente-subvenção bruto tiver sido calculado com base na taxa de referência aplicável no momento da concessão do auxílio.
4. Os auxílios incluídos em injeções de capital só são considerados auxílios *de minimis* transparentes se o montante total da injeção de capital público for inferior ao limite máximo *de minimis*.
5. Os auxílios incluídos em medidas de financiamento de risco que assumem a forma de investimentos de capital ou quase-capital só são considerados auxílios *de minimis* transparentes se o capital fornecido a uma única empresa não exceder o limite máximo *de minimis*.
6. Os auxílios incluídos em garantias são considerados auxílios *de minimis* transparentes se:
  - a) O beneficiário não estiver sujeito a um processo coletivo de insolvência nem preencher, nos termos do direito nacional aplicável, as condições para ficar sujeito a um processo coletivo de insolvência, a pedido dos seus credores. No

caso de grandes empresas, o beneficiário deve estar numa situação comparável a uma notação de risco de, pelo menos, B-; e

- b) A garantia não exceder 80 % do empréstimo subjacente e o montante garantido for de 4 875 000 EUR com duração da garantia de cinco anos, ou de 2 437 500 EUR com duração da garantia de dez anos. Se o montante garantido for inferior a esses montantes ou a garantia tiver uma duração inferior a cinco ou dez anos respetivamente, o equivalente-subvenção bruto dessa garantia é calculado em termos de proporção correspondente do limite máximo aplicável fixado no artigo 3.º, n.º 2; ou
  - c) O equivalente-subvenção bruto tiver sido calculado com base nos prémios de admissibilidade automática estabelecidos numa comunicação da Comissão; ou
  - d) Antes da sua aplicação,
    - i) a metodologia utilizada para o cálculo do equivalente-subvenção bruto da garantia tiver sido notificada à Comissão ao abrigo de outro regulamento da Comissão no domínio dos auxílios estatais aplicável nessa data, e tiver sido aceite pela Comissão como estando em conformidade com a Comunicação relativa às garantias ou com qualquer Comunicação posterior, e
    - ii) essa metodologia abranger expressamente o tipo de garantias e o tipo de transações subjacentes em causa no âmbito da aplicação do presente regulamento.
7. Os auxílios incluídos noutros instrumentos são considerados auxílios *de minimis* transparentes se esses instrumentos previrem um limite que garanta que o limite máximo aplicável não é excedido.

#### *Artigo 5.º*

#### ***Cumulação***

1. Os auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o presente regulamento não podem ser cumulados com auxílios estatais relativos aos mesmos custos elegíveis nem com auxílios estatais para a mesma medida de financiamento de risco, se essa cumulação resultar numa intensidade de auxílio ou num montante de auxílio superior ao estipulado, em função das circunstâncias específicas de cada caso, num regulamento de isenção por categoria ou numa decisão adotada pela Comissão.
2. Os auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo do presente regulamento podem ser cumulados com os auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo de outros regulamentos *de minimis* até ao limite máximo fixado no artigo 3.º, n.º 2.
3. Os auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo do presente regulamento não podem ser cumulados com nenhuma compensação relativa ao mesmo serviço de interesse económico geral, independentemente de esta constituir ou não um auxílio estatal.

## Artigo 6.º

### Controlo

1. Sempre que tencionem conceder a uma empresa auxílios *de minimis* em conformidade com o presente regulamento, os Estados-Membros devem informá-la por escrito do montante potencial do auxílio, expresso em equivalente-subvenção bruto, do serviço de interesse económico geral relativamente ao qual é concedido o auxílio, e do seu carácter *de minimis*, fazendo diretamente referência ao presente regulamento e citando o seu título e referência de publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.
2. Sempre que, ao abrigo do presente regulamento, sejam concedidos auxílios *de minimis* a diversas empresas com base num regime de auxílios e a essas empresas forem concedidos diferentes montantes de auxílio individual ao abrigo desse regime, o Estado-Membro em causa pode optar por dar cumprimento a esta obrigação informando as empresas de um montante fixo correspondente ao montante máximo de auxílio a conceder ao abrigo desse regime. Nesses casos, o montante fixo é utilizado para determinar se o limite máximo fixado no artigo 3.º, n.º 2, foi respeitado.
3. Antes da concessão do auxílio, o Estado-Membro deve obter da empresa que presta o serviço de interesse económico geral uma declaração escrita ou em formato eletrónico relativa à existência de quaisquer outros auxílios *de minimis* recebidos ao abrigo do presente regulamento ou de outros regulamentos *de minimis*, durante os dois exercícios financeiros anteriores e o exercício financeiro atual.
4. Os Estados-Membros devem assegurar a disponibilização de um registo central dos auxílios *de minimis* com informações completas sobre todos os auxílios *de minimis* concedidos por qualquer autoridade do Estado-Membro em causa a empresas que prestem serviços de interesse económico geral. Esse registo central dos auxílios *de minimis* deve ser criado no prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento. O registo central dos auxílios *de minimis* deve ser criado de forma a permitir um acesso fácil às informações. As informações devem ser publicadas no formato de uma folha de cálculo não proprietária que permita que os dados sejam pesquisados, extraídos, descarregados e facilmente publicados na Internet, por exemplo em formato CSV ou XML. O registo central dos auxílios *de minimis* deve ser acessível através de um sítio Web sem quaisquer restrições, como o registo prévio dos utilizadores. Em alternativa, os Estados-Membros podem também disponibilizar informações completas sobre todos os auxílios *de minimis* concedidos por qualquer autoridade do Estado-Membro em causa num registo a nível da União, se esse registo for disponibilizado. Os Estados-Membros devem publicar as informações referidas no n.º 6 no registo central a nível nacional ou da União sobre todos os auxílios *de minimis* concedidos por qualquer autoridade do Estado-Membro em causa, o mais tardar no prazo de 20 dias úteis a contar da concessão do auxílio. Os n.ºs 1 a 3 deixam de ser aplicáveis a um Estado-Membro a partir do momento em que as informações do registo central nacional ou, em alternativa, do registo central da União abrangem um período de três exercícios financeiros para todos os auxílios *de minimis* concedidos por esse Estado-Membro.
5. Um Estado-Membro só pode conceder novos auxílios *de minimis* ao abrigo do presente regulamento depois de ter verificado que, na sequência de tal concessão, o montante total dos auxílios *de minimis* concedidos à empresa em causa não atinge um nível que ultrapassa o limite máximo estabelecido no artigo 3.º, n.º 2, e que são respeitadas todas



as condições previstas no presente regulamento.

6. Os Estados-Membros devem publicar as seguintes informações no registo central dos auxílios *de minimis* a nível da União ou a nível nacional:
  - a) A identificação do beneficiário, incluindo o nome do beneficiário e o seu identificador (número de identificação e tipo de identificação);
  - b) Montante do auxílio;
  - c) Data de concessão do auxílio;
  - d) Autoridade que concede o auxílio;
  - e) Instrumento de auxílio;
  - f) Setor em causa visado pela compensação com base na nomenclatura estatística das atividades económicas na Comunidade Europeia, estabelecida pelo Regulamento (CE) n.º 1893/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>18</sup>.
7. Os Estados-Membros devem registar e compilar todas as informações relativas à aplicação do presente regulamento. Os registos devem conter todas as informações necessárias para comprovar que as condições estabelecidas no presente regulamento foram respeitadas. Os registos relativos aos auxílios *de minimis* individuais devem ser conservados por um período de dez exercícios financeiros a contar da data de concessão do auxílio. Os registos relativos a regimes de auxílios *de minimis* devem ser conservados durante dez anos a contar da data em que foi concedido o último auxílio individual ao abrigo de tal regime.
8. Mediante pedido escrito da Comissão, o Estado-Membro em causa deve transmitir-lhe, no prazo de 20 dias úteis ou num prazo mais longo fixado nesse pedido, todas as informações que a Comissão entenda necessárias para apreciar se as condições estabelecidas no presente regulamento foram respeitadas, em especial o montante total de auxílios *de minimis* concedidos ao abrigo do presente regulamento e de outros regulamentos *de minimis*, que tenham sido recebidos por uma empresa.

## *Artigo 7.º*

### ***Disposições transitórias***

1. O presente regulamento é aplicável aos auxílios *de minimis* relativos à prestação de serviços de interesse económico geral que tenham sido concedidos antes da data da sua entrada em vigor, desde que preencham todas as condições estabelecidas no presente regulamento. Qualquer auxílio relativo à prestação de serviços de interesse económico geral que não preencha essas condições será apreciado em conformidade com as decisões, regimes, orientações e comunicações aplicáveis na matéria.
2. Considera-se que todos os auxílios *de minimis* individuais concedidos entre 25 de abril de 2012 e 31 de dezembro de 2023 e que preenchem as condições previstas no Regulamento (UE) n.º 360/2012 não satisfazem todos os critérios enunciados no artigo

---

<sup>18</sup> Regulamento (CE) n.º 1893/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece a nomenclatura estatística das atividades económicas NACE Revisão 2 e que altera o Regulamento (CEE) n.º 3037/90 do Conselho, assim como certos regulamentos CE relativos a domínios estatísticos específicos (JO L 393 de 30.12.2006, p. 1).



107.º, n.º 1, do TFUE, e estão, por conseguinte, isentos da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do TFUE.

3. No termo da vigência do presente regulamento, ou caso este seja alterado, qualquer regime de auxílios *de minimis* que preencha as condições previstas no presente regulamento pode continuar a ser validamente aplicado por um período adicional de seis meses.

#### *Artigo 8.º*

##### ***Entrada em vigor e período de aplicação***

O presente regulamento entra em vigor em 1 de janeiro de 2024.

O presente regulamento é aplicável até 31 de dezembro de 2030.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em

*Pela Comissão*

*A Presidente  
Ursula von der Leyen*